

**PROCESSO n.º 23799.000298.2026-61**

**REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico (SRP) nº 90001/2026**

## **RESPOSTA AO 1º PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

Trata-se de resposta ao(s) pedido(s) de esclarecimento ao Edital de Licitação do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90001/2026, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua e com a dedicação de mão-de-obra, de serviços de apoio administrativo (com fornecimento de materiais e equipamentos), para fins de atendimento das demandas institucionais do campus Esperança do IFPB.

### **1. DA ADMISSIBILIDADE**

Nos termos do tópico 15, do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico em epígrafe, em consonância com o disposto no art. 164, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital e seus anexos deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de esclarecimentos realizados no dia 17/04/2026, encaminhados a esta Comissão. Neste sentido, reconhecemos os requerimentos de esclarecimentos feitos pelos peticionantes ao Edital de licitação, os quais passamos a apreciar o mérito.

### **2. DA SOLICITAÇÃO**

Em síntese, a empresa solicita o saneamento de dúvidas conforme os questionamentos a seguir::

- 1) Não será cotado fardamento?
- 2) 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: O TERMO DE REFERÊNCIA NÃO CONSTA QUAIS OS MATERIAIS; É um erro no Edital?
- 3) Será exigido atestado de capacidade técnica?
- 4) O cadastramento no cmpras.gov.br será pelo valor mensal ou anual?

### **3. DA APRECIÇÃO DO MÉRITO**

Acerca das dúvidas apresentadas pelos peticionantes, e alertando que os apontamentos aqui apresentados fazem referência aos estudos desenvolvidos na fase interna da licitação pela equipe de Planejamento do órgão contratante, esclarecemos que:

Preliminarmente, cumpre consignar que constitui dever jurídico do licitante proceder à leitura atenta, integral e sistemática do instrumento convocatório e de todos os seus anexos, os quais integram o edital para todos os fins de direito e estabelecem, de forma exaustiva e vinculante, as condições de participação, os requisitos de habilitação, as especificações do objeto, os critérios de julgamento, bem como as obrigações futuras decorrentes da eventual contratação.

Nos termos da legislação vigente, em especial da Lei nº 14.133/2021, o edital consubstancia a “lei interna” do certame, vinculando indistintamente a Administração Pública e

os licitantes, não sendo admissível a alegação de desconhecimento de cláusulas, exigências ou condições expressamente previstas no instrumento convocatório ou em seus anexos, sobretudo quando redigidas de forma clara, objetiva e acessível.

Ressalte-se, ademais, que, ao apresentar proposta no sistema eletrônico, o licitante declara expressamente estar ciente e de pleno acordo com todas as disposições constantes do edital e de seus anexos, assumindo integral responsabilidade pela correta interpretação das regras do certame e pela formulação de sua proposta em estrita conformidade com tais disposições. Eventuais dúvidas remanescentes devem ser suscitadas tempestivamente por meio dos instrumentos próprios previstos no edital, não sendo possível imputar à Administração ônus decorrente de interpretação equivocada, leitura parcial ou desatenção às regras editalícias.

Dessa forma, esclarece-se que todas as informações necessárias à correta compreensão do objeto, das condições de execução, dos critérios de julgamento e das obrigações contratuais encontram-se devidamente previstas no instrumento convocatório e em seus anexos, devendo ser analisadas de maneira conjunta, sistemática e coerente, sob pena de indeferimento de pretensões fundadas em alegações já suficientemente disciplinadas na documentação do certame.

Passando à análise dos questionamentos aventados, esclarecemos:

1. Não será necessário fardamento, apenas a entrega do crachá e relógio de ponto biométrico.
2. Conforme item 4.7.4. do Termo de Referência, a contratação compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de materiais (crachá) e equipamentos (relógio de ponto biométrico), em quantidade suficiente à fiel execução dos serviços;
3. Os documentos exigidos para habilitação são os descritos no Termo de Referência.
4. As informações sobre proposta são as constantes no Edital.

#### **4. DECISÃO**

Isto posto, dê ciência ao peticionante do conteúdo deste expediente, com a publicação no site do <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, dando continuidade aos trâmites relativos ao procedimento licitatório.

Assim sendo, o Pregão Eletrônico nº 90001/2026 teve sua abertura prorrogada, em virtude da necessidade de adequação do Edital e seus anexos, que serão republicados.

Esperança/PB, 28 de abril de 2026.

**Állysson Albuquerque Andrade**  
Pregoeiro